ANAIS DO
V ENCONTRO DE
PESQUISA JURÍDICA
O DIÁLOGO ENTRE A SOCIEDADE,
O ESTADO E A CONSTITUIÇÃO –
SÉRIE ESPECIAL:
O DIREITO E AS NOVAS TECNOVOLOGIAS
Anhanguera

O DIREITO E AS NOVAS TECNOLOGIAS

Autor(res)

Habib Ribeiro David
Emanuelly Sara De Souza Silva
Felipe De Almeida Campos
Stace Liz Carneiro

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

Introdução

A tecnologia tem conquistado cada vez mais espaço na sociedade em que vivemos. Atualmente, temos acesso constante a diversas inovações, o que impõe ao Direito o desafio de se adaptar à nova realidade. Nesse contexto, as leis, a Justiça e as práticas jurídicas precisam evoluir para acompanhar as mudanças provocadas pelo avanço tecnológico, como o surgimento da internet, da inteligência artificial, da proteção de dados, da blockchain, das redes sociais, entre outros.
Diante dessas mudanças, o Direito precisa se adaptar para regulamentar novas situações e garantir a proteção de direitos fundamentais. Áreas como a internet, a inteligência artificial, a proteção de dados pessoais, a blockchain e as redes sociais trazem desafios inéditos para a legislação e para a prática jurídica. Assim, o Direito e a tecnologia caminham juntos, exigindo constante atualização para assegurar a justiça e a segurança jurídica em um mundo em constante transformação.

Objetivo

Observa- se que o objetivo é analisar como o Direito deve se adaptar e evoluir para acompanhar os impactos causados pelo avanço tecnológico na sociedade, garantindo a proteção de direitos, a criação de novas normas e a atualização das práticas jurídicas diante de inovações como a internet, a inteligência artificial, a proteção de dados, a blockchain e as redes sociais.

Material e Métodos

Este estudo foi desenvolvido a partir de uma pesquisa qualitativa, baseada em revisão bibliográfica. Foram analisados livros, artigos científicos, legislações vigentes e documentos oficiais que abordam a relação entre o Direito e as novas tecnologias. A metodologia empregada consistiu na coleta de informações em fontes jurídicas e tecnológicas, com posterior análise crítica do impacto das inovações sobre o ordenamento jurídico.

Resultados e Discussão

A análise realizada demonstra que as novas tecnologias impactaram diretamente o Direito, exigindo mudanças significativas na legislação, na doutrina e na prática jurídica. Observou-se que o ordenamento jurídico tem buscado

se modernizar para lidar com temas complexos como a proteção de dados pessoais, crimes cibernéticos, contratos digitais e a responsabilidade civil no ambiente virtual. Contudo, a velocidade do avanço tecnológico ainda supera a capacidade legislativa de regulamentação, gerando lacunas jurídicas e incertezas. A criação de normas específicas, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no Brasil, representa um passo importante, mas a constante inovação tecnológica demanda atualização contínua e novas abordagens interpretativas. O debate acadêmico e jurídico revela a necessidade de integrar princípios éticos e sociais às inovações, a fim de garantir a efetividade da proteção dos direitos fundamentais na era digital.

Conclusão

A evolução tecnológica impacta diretamente a sociedade e, consequentemente, exige do Direito uma constante adaptação para garantir a proteção de direitos e a manutenção da justiça. É fundamental que o Direito mantenha um diálogo permanente com a tecnologia, buscando soluções que assegurem tanto a inovação quanto a preservação dos princípios fundamentais do Estado de Direito. Dessa forma, será possível construir uma sociedade mais justa, segura e preparada para os desafios do futuro digital.

Referências

•BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
•DONEDA, Danilo. Da Privacidade à Proteção de Dados Pessoais: Elementos da formação da autoridade nacional. Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 7, n. 2, 2017.
•MONTEIRO, Gustavo. Direito Digital: O impacto das novas tecnologias na prática jurídica. 2. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2020.
•LESSIG, Lawrence. Código 2.0: A Lei do Ciberespaço. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
•SANTOS, Boaventura de Sousa. A Globalização e as Ciências Sociais. São Paulo: Cortez, 2002.